

# **CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DOCUMENTOS CURRICULARES DE MUNICÍPIOS CATARINENSES**

**Daiana Ludvig**

**68º Defesa:**

06 de Fevereiro de 2017

## **Membros da Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Rosânia Campos (Orientadora/UNIVILLE)

Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (Membro externo/UFRGS)

Profa. Dra. Jane Mery Richter Voigt (Membro Interno/UNIVILLE)

## **RESUMO**

A presente pesquisa intitulada “Currículo para a Educação Infantil: uma análise a partir dos documentos curriculares de municípios catarinenses” tem como objetivo principal analisar os documentos curriculares das redes públicas municipais de Educação Infantil dos dez maiores municípios de Santa Catarina. É uma pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e está vinculada ao Grupo de Pesquisas em Políticas e Práticas para a Educação e Infância – GPEI, do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Nesse processo, para responder ao proposto, definimos os objetivos específicos, quais sejam: a) analisar a organização e apresentação dos documentos curriculares municipais; b) analisar a concepção de: criança, educação infantil, ensino-aprendizagem-desenvolvimento e currículo; c) verificar os documentos mandatórios e orientadores que fundamentam os documentos municipais. Esta é uma pesquisa documental organizada a partir de duas ações principais: a) revisão bibliográfica e documental, do período de 2000 a 2015; b) coleta e análise dos dados junto aos sites e diretamente nas secretarias municipais de educação. Para análise dos dados utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo, referenciada por Bardin (2011). No que se refere à rede pública municipal de educação infantil pesquisada, destacamos que os dados remetem para a importância de discussões em torno da estratégia utilizada por esses municípios por meio de conveniamentos, visto que, essas redes conveniadas possuem administração própria, ou seja, seguem suas orientações e práticas independentes inclusive do documento curricular da rede pública municipal. Concomitantemente a esse fato, observou-se também que para cumprir a lei 12.796 de 2013 de obrigatoriedade de matrícula para as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, os municípios estão utilizando diferentes estruturas para o atendimento, entre prédios próprios, junto à creche, às escolas de ensino fundamental, em casas adaptadas e ONGs. Ou seja, torna-se relevante dialogar se o documento curricular municipal é capaz de compreender toda essa diversidade de atendimento, uma vez que ainda encontramos documentos curriculares elaborados a partir de listas de conteúdos baseados em datas comemorativas, além de não haver inclusive nem um consenso em relação à nomenclatura desse documento, variando entre diretrizes, planejamento, currículo e proposta. Para além desses dados, as análises indicaram que os documentos curriculares municipais para a educação infantil são elaborados a fim de subsidiar a prática educativa e que são organizados por meio da rotina institucional. Evidenciou-se também que, mesmo sendo a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil – DCNEI (2009) o documento mais citado, alguns documentos curriculares municipais seguem ainda a estrutura presente no Referencial Curricular Nacional –

RCNEI (1998) no modo como são estruturados. No que se refere às concepções de criança, de educação infantil, de ensino-aprendizagem-desenvolvimento e de currículo, os documentos dialogam com as concepções definidas nas diretrizes nacionais, mas por vezes observamos tensões entre essas definições e a operacionalização da prática educativa cotidiana. Esse descompasso entre o definido nas concepções e o modo como o cotidiano da educação infantil é realizado evidencia a necessidade de continuidade nos estudos, bem como investigações e debates na área sobre o que define e orienta a prática educativa na educação infantil.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Educação infantil. Documento curricular.